



Texto e gramática: por um ensino interacionista de língua materna

Text and grammar: a search for an interactional teaching of mother tongue

Mirella Barbosa¹

Resumo: O presente trabalho objetiva refletir acerca do ensino de língua materna na contemporaneidade a partir de uma perspectiva interacionista da língua. Isto porque os estudos linguísticos contemporâneos fundamentam-se na dimensão funcionalista da linguagem; a linguagem deixa de ser vista somente como um sistema de normas e passa a ser encarada como um fato social. Em primeiro lugar, tecemos uma noção de texto, considerando que interagimos através de textos – sejam orais ou escritos. No segundo momento, discutimos a respeito da metodologia dos professores para o ensino/aprendizagem da língua materna, a partir dos paradigmas da Linguística Aplicada, tendo o foco no ensino de gramática, pois tem se observado que nas salas de aula há uma primazia para um ensino de uma gramática prescritiva da língua. A metodologia utilizada neste artigo é a bibliográfica, respaldada nos estudos de autores como Antunes, Koch, Neves, dentre outros. Dessa forma, essa pesquisa visa contribuir para que os professores reflitam acerca das suas ações didáticas, e vejam que o ensino de língua materna é muito além de regras e nomenclaturas, pois é necessário que o texto e a gramática caminhem juntos nas salas de aula, fazendo relações sobre suas competências linguísticas, semânticas e pragmáticas.

Palavras-chave: Ensino. Texto. Gramática.

Abstract: This paper aims to reflect on the teaching of mother tongue from a contemporary interactional perspective of language. The main reason to do so is based on the contemporary linguistic studies which are founded on the functional dimension of language; language is no longer seen only as a system of standards but it is regarded as a social fact. Firstly, we imply a sense of the text, considering that we interact through texts - whether oral or written. Secondly, we raise issues about the methodology used by teachers in the teaching / learning process of mother tongue, from the paradigms of Applied Linguistics, with a focus on the teaching of grammar sense it has been observed that there has been a prevalence of teaching prescriptive grammar of the target language in the classroom. The methodology used in this article was supported by studies developed by authors such as Ali, Koch, Neves, among others. Thus, this research aims to help teachers to reflect on their teaching practice, and to notice that the teaching of mother tongue is far beyond memorizing rules and classifications since it is necessary that the text and the grammar work together in the classroom, creating relationships between the students' linguistic, semantic and pragmatic competence.

Keywords: Education. Text. Grammar.

Introdução

Atualmente, várias pesquisas sobre o ensino de língua materna têm abordado a metodologia aplicada nas aulas de Português. Esse fato tem ocorrido devido às dificuldades apresentadas pelos alunos em relação aos fatores linguísticos. Os estudos na área da

¹ Graduada em Letras pela Faculdade Frassinetti do Recife | FAFIRE

Linguística Aplicada têm comprovado que os alunos saem do ensino médio com sérias dificuldades em compreender, produzir e analisar textos, sejam eles orais ou escritos. Diante disso, a escola parece ser a responsável por não desenvolver as competências linguísticas e textuais, pois o ambiente escolar prioriza o estudo de frases descontextualizadas, soltas, uniformes, idealizadas, que servem apenas para citar exemplos, sem apresentar nenhum propósito comunicativo.

Então, é necessário que os docentes revejam suas didáticas, e estejam atualizados no que se refere à compreensão do que vem a ser um texto e a concepção de gramática, porque só assim poderão ministrar aulas de Português mais interativas, dinâmicas e que estejam entrelaçadas em uma abordagem contextualizada, desfazendo concepções de preconceitos e, principalmente, a ideia errônea de que não se deve ensinar gramática ou a norma padrão.

Por isso, é preciso reverter o conceito segundo o qual estudar gramática é algo tão artificial que se encontra totalmente fora da língua em uso que chega a ser um estudo cansativo e exaustivo. O ensino que se deseja propor está ligado aos aspectos semântico-pragmáticos, ou seja, prevalecem as ideias propostas pela Linguística Aplicada, um ensino de língua que seja favorável ao uso de textos orais e escritos em diferentes níveis formais ou informais, publicados em diversos suportes, tipos e gêneros, possibilitando ampliar a ideia do uso da gramática e suas variantes, como evidenciado em textos cultos, regionais ou até mesmo fora da norma em uso.

Enfim, o que se pretende com o ensino interacionista é uma análise não centrada puramente em regras, conceitos e nomenclaturas, mas um ensino que vise o aluno como um produtor e leitor de textos eficiente, por meio da análise linguística.

Conceituando o texto

As atividades relacionadas às ações comunicativas são reconhecíveis como textos, caracterizados, essencialmente, como uma atividade verbal composta por vários fatores textuais, formando, assim, um todo significativo. Desse modo, os falantes ao produzirem um texto estão praticando ações enunciativas/discursivas/linguísticas. Por isso, Marcuschi (2008) afirma que o texto é uma prática sociocomunicativa “[...] no qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais” (MARCUSCHI, 2009, p. 80).

Ademais, Antunes (2005, p. 40) salienta que “[...] ninguém interage verbalmente a não ser por meio de texto.” Isso acontece devido à interação entre o produtor e o leitor/ouvinte, manuseando especificidades linguísticas.

O texto apresenta uma concepção de um produto inacabado, ou seja, encontra-se em constante planejamento, verbalização e construção. Ele é um elemento que permeia, portanto, toda e qualquer atividade de nossa atuação social, seja falada, escrita ou ouvida, pois todos os seres humanos interagem por meio de textos.

Uma das áreas que tem o texto como objeto de estudo é a Linguística Textual, na qual observa-se que vários estudiosos apontam um conceito distinto para o texto, como se vê nas palavras de Koch (2000, p. 23): “[...] a linguística textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas”. Por isso, o texto é uma expressão de atos comunicativos, a partir de uma inter-relação de enunciados que se forma em uma combinação global de suas partes, relacionados através de um sentido.

É importante ressaltar que os textos são caracterizados em duas modalidades: texto verbal e texto não-verbal; estes tecem a ideia da não utilização do léxico para se comunicar, priorizam outros meios comunicativos, como imagens, sons e cores, para expressar o seu significado e sua informação dentro do contexto. Exemplos bem claros de textos não-verbais são as placas diárias que encontramos no trânsito, o aviso de silêncio em um hospital, placas que diferenciam o banheiro masculino e o feminino. Já o texto verbal apresenta como objetivo o uso de palavras escritas ou faladas para passar a sua ideia, como por exemplo, uma carta, um bilhete, um *e-mail* e uma conferência. Logo, uma das características do texto é apresentar uma origem, um destino e uma finalidade, ao qual recorreremos com algum propósito específico, porque ele é um resultado das atividades verbais dos indivíduos que se destacam por conseguir a materialização da intencionalidade do emissor.

Para Mussalim e Bentes (2001, p. 254-255),

A produção textual é uma atividade verbal consciente, isto é, trata-se de uma atividade intencional, por meio da qual o falante dará a entender seus propósitos, sempre levando em conta as condições em que tal atividade é produzida; considera-se, dentro desta concepção, que o sujeito falante possui um papel ativo na mobilização de certos tipos de conhecimentos, de elementos linguísticos, de fatores pragmáticos e interacionais, ao produzir um texto.

Sendo assim, pode-se afirmar que o texto é um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas, ou seja, uma manifestação verbal, munida de elementos linguísticos e comandado pelos falantes na sua atividade, de acordo com as práticas socioculturais.

Segundo Antunes (2010, p. 31), “todo texto é expressão de uma atividade social. Além de seus sentidos linguísticos, reveste-se de uma relevância sociocomunicativa, pois está inserido, como parte constitutiva, em outras atividades do ser humano”. Enfim, o texto é o próprio lugar de interação e os indivíduos são os sujeitos ativos da construção de sentido dele.

Outro ponto importante quanto ao conceito de texto é ressaltar que a diferença entre frase e texto não é de ordem quantitativa, mas de ordem qualitativa, pois um texto não se define pela sua extensão, independentemente, pois, do número de palavras utilizadas; o seu valor está na funcionalidade que elas expressam. Por isso há os textos mínimos

de duas ou três palavras, reconhecíveis como texto simplesmente pelo teor informativo, situacionalidade, coerência empregada, dentre outros fatores. Observa-se isso em exemplos de nosso dia a dia: “pare”, “cuidado cerca elétrica”, “não pise na grama” e “proibido estacionar”. Nesses textos, verifica-se que há todo um grau de informatividade, intencionalidade e um propósito comunicativo transmitido ao interlocutor, todavia, eles só ganharão sentido se forem empregados no contexto adequado.

Sendo assim, o que um conjunto de palavras precisa ter para ser considerado um texto? Essa resposta encontra-se na Linguística Textual, em que os autores Beaugrande e Dressler (1981) apontam sete princípios de textualização linguísticas e pragmáticas, a saber: a aceitabilidade, a informatividade, a intertextualidade, a situacionalidade, a intencionalidade, a coesão e a coerência. Esses fatores contribuem para a organização textual e estabelecem o sentido do texto, porque eles são essenciais para “o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos e orais” (KOCH, 2000, p. 23).

É importante ressaltar que todo texto é um objeto de estudo heterogêneo e, por isso mesmo, ele é reconhecido como um intertexto, pois em sua composição há uma interligação com outros textos, de formas reconhecíveis ou não, de maneira implícita ou explícita, para se compor a mensagem, em um lugar e tempo. Entretanto, o mais relevante é que o texto desempenhe o seu papel e a sua função dentro do contexto social em que está inserido e que ele atenda às necessidades pragmáticas para as quais foi gerado.

Gramática: considerações teóricas e práticas pedagógicas

Quando falamos em gramática, a primeira ideia que vem à cabeça dos indivíduos é que ela é um conjunto de regras a serem aceitas dentro do universo da linguagem, porém essa ideia se encontra meramente reduzida, porque ela é uma parte integrante do funcionamento de uma língua. Ou seja, a gramática, junto com o léxico, o texto e a semântica, constitui a língua. Diante disso, compreende-se que língua e gramática não são a mesma coisa. A gramática não é apenas um conjunto de regras, como se aprende na escola, mas apresenta um caráter intuitivo, com o qual o falante sabe como dominá-la. A língua faz parte de uma identidade histórica, social e cultural. Através dela interagimos e socializamos. Por isso mesmo, ela não é considerada um elemento estático, pois está em constante evolução, fazendo com que pertençamos a um espaço.

De certa forma, a gramática tem a funcionalidade de regularizar a língua, formando combinações adequadas para cada função. Contudo, Antunes (2007, p. 41) afirma: “a gramática regula muito, mas não regula tudo. Nem todas as prescrições cabem no seu domínio. Muitas das normas que definem o uso adequado e relevante da linguagem extrapolam seu conjunto de regras”.

Assim, verifica-se que saber utilizar todas as regras de gramática e reconhecer todas as nomenclaturas não é o suficiente para garantir uma comunicação eficaz, pois, em se

tratando de interação, nem tudo cabe à gramática. Por isso nas aulas de português há tantas concepções equivocadas referentes ao seu ensino, a qual, para muitos docentes, só se tem uma linguagem ativa sabendo-se empregar corretamente as terminologias gramaticais, como se isso fosse o suficiente. A intenção dos professores é apenas trazer para o contexto da sala de aula uma gramática que visa a uma natureza pedagógica: a gramática normativa. A partir de seu uso constante no ambiente escolar, supõe-se que a língua existe apenas em uma única gramática, embora, isso seja mais uma distorção colocada na mente dos estudantes, pois a gramática normativa é apenas uma parte da gramática de base que integra a língua. Diante disso, existem outros tipos de gramáticas que precisam ser analisadas e utilizadas no contexto escolar, porque, para cada situação específica, tem-se o uso de uma gramática adequada.

A intenção desta pesquisa não é resenhar os tipos e conceitos de gramática, entretanto, mencionaremos suas principais concepções para que possamos refletir sobre seu uso como disciplina no contexto escolar.

Segundo Possenti (1996), existem diversos tipos de gramática que precisam ser exploradas na escola e, a partir deles, ampliar o conhecimento do aluno e mudar esta ideia errônea de que estudar gramática é apenas saber conceitos e regras. Possenti (1996) apresenta alguns conceitos sobre o estudo de gramática como sendo um conjunto de regras que devem ser seguidas, um conjunto de regras que são seguidas e, por fim, um conjunto de regras que o falante já domina. A partir dessas definições pode-se classificar três tipos de gramáticas, a saber: gramática normativa, gramática descritiva e gramática internalizada. A gramática normativa prescreve um conjunto de regras que devem ser seguidas; ela é de natureza pedagógica, por isso é tão utilizada em livros didáticos. De forma estática, a gramática normativa condena o erro, pois para ela o verbo sempre irá concordar com o sujeito e tudo que está contra a norma padrão considera-se como vícios de linguagem e vulgarismos. Já a gramática descritiva analisa o sistema da língua, ou seja, ela se preocupa em descrever a língua de acordo com o uso dos falantes, sem se preocupar com os fatores da linguagem como erros. Considera, assim, que a língua apresenta uma estrutura não uniforme, “cuja preocupação é descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas” (POSSENTI, 1996, p. 65). É importante enfatizar que algumas gramáticas normativas apresentam um caráter descritivo ao trazerem a norma padrão através de recursos descritivos. Por último, a gramática internalizada é considerada como o conhecimento que o indivíduo já domina sobre determinada língua, construído através de suas experiências linguísticas.

A partir desses três tipos de gramática, percebe-se que a escola, em geral, só faz uso da gramática normativa. Daí a existência de diversos estudos focados no ensino de Língua Portuguesa que as escolas têm oferecido, pois tem se notado que o ensino de língua materna tem ocorrido de uma maneira fragmentada, isto é, as aulas de Língua Portuguesa estão divididas em: gramática, redação e interpretação de texto. Isso ocorre devido ao fato de que, para muitos docentes, talvez seja mais fácil trabalhar com essas

disciplinas separadamente, ocasionando, assim, um ensino de língua descontextualizado, sem explorar o âmbito semântico e pragmático da língua.

Logo, observamos que a utilização de uma gramática voltada para nomenclaturas e classificações, preocupada em determinar aquilo que seja certo ou errado, de uma língua supostamente amorfa e inalterável, reduz a capacidade cognitiva dos discentes. O ensino passivo e mecânico não favorece a competência comunicativa dos falantes, e, nas salas de aulas, predomina um distanciamento da língua real em uso.

Aulas de modelos tradicionais estimulam, principalmente, a “decoreba”, a qual não é relevante para a formação de usuários fluentes e para o bom uso da linguagem oral e escrita. Mas, mesmo assim, há professores que preferem dar aulas apontando que a perspectiva gramatical é saber utilizar todos os seus conceitos e nomenclaturas, desde morfologia a sintaxe, deixando de lado o trabalho com os textos, a oralidade e a escrita do aluno. Segundo Antunes (2003, p. 31), a escola faz uso de “[...] uma gramática fragmentada, de frases inventadas, da palavra e da frase isoladas, sem sujeitos interlocutores, sem contexto, sem função; frases feitas para servir de lição, para virar exercício.”

Desse modo, enquanto a escola persistir em práticas pedagógicas prescritivas, nossos alunos terão a mesma ideia de que o Português é uma língua muito difícil, que é uma disciplina chata e cansativa ou que não sabem a Língua Portuguesa.

Uma perspectiva de ensino interacionista de língua materna

Como referimos anteriormente, o texto é um elemento dotado de sentido e por isso mesmo, é um recurso básico para ser explorado nas aulas de Língua Portuguesa, porque ele é a manifestação viva da linguagem. Segundo Antunes (2007, p. 130),

O texto não é a forma prioritária de se usar a língua. É a única forma. A forma necessária. Não tem outra. A gramática é constitutiva do texto, e o texto é constitutivo da atividade da linguagem. Sua exploração em sala de aula tem outras razões que deixar as aulas menos monótonas e mais motivadoras. Tudo o que nos deve interessar no estudo da língua culmina com a exploração das atividades textuais e discursivas.

Sendo assim, pretende-se não estudar mais frases soltas e descontextualizadas, pois irá priorizar-se agora o significado. Diante disso, os professores precisam saber explorar o texto e os seus constituintes de uma forma ampla e funcional, levando em consideração o seu contexto, e, principalmente, sabendo articular o texto com a gramática, e não utilizar o texto como “pretexto” nas aulas de Português, como muitas vezes tem ocorrido.

É necessário que os professores visem à ideia de que, a partir do texto, podemos trazer para o ambiente escolar uma dimensão real sobre os aspectos discursivos, e estimular os alunos à reflexão e ao raciocínio. Mas, para que isso ocorra, é preciso que os docentes tenham a ideia de língua e gramática bem definida, considerando que a língua não é um instrumento de interação que se esgota na gramática, pois a língua é

de fato muito mais abrangente e encontra-se atrelada ao social. Então, se o professor realmente assumir a língua como uma atividade interativa, ele favorecerá um ensino e aprendizagem de uma forma mais significativa, possibilitando que os alunos tenham oportunidades de construir e considerar hipóteses semânticas, sintáticas e pragmáticas em textos verbais e não-verbais.

Trata-se de não centralizar o ensino de forma mecânica, mas de desenvolver atividades em sala de aula que proporcionem o raciocínio e a argumentação, e não, essencialmente, a “decoreba”, ministrando-se aulas mais dinâmicas, utilizando-se diversos gêneros textuais e sabendo-se explorar o conhecimento de mundo do aluno. Agindo assim, o professor fará o aluno entender que estudar Português pode não ser chato nem cansativo, mas sim, uma atividade prazerosa, já que todo falante sabe dominar a sua língua, ainda que ele não domine as terminologias gramaticais propostas por um ensino normativo.

Por isso, o trabalho com os textos é fundamental para ensinar a língua e a refletir sobre ela, para trabalhar com a ideia que se deseja enfatizar, usando os operadores argumentativos e o léxico, atentando para a informatividade, intertextualidade, situacionalidade, com aspectos sintáticos, dentre outros. Assim, uma visão ampla dos conteúdos fará com que o aluno se interesse e se motive para o ensino da gramática. Segundo Antunes, (2001, p. 97), “O estudo da gramática deve ser estimulante, desafiador, instigante, de maneira que se desfaça essa ideia errônea de que estudar língua é, inevitavelmente, uma tarefa desinteressante, penosa e, quase sempre, adversa.”

Assim, ensinar gramática deve ser uma união da leitura, da oralidade e da escrita, fazendo com que elas proporcionem uma interação comunicativa. Ou seja, ao invés de estudar uma gramática normativa, defende-se a necessidade de que seja priorizada, nas aulas de Português, uma gramática funcional e contextualizada, cuja intenção vá muito além de explicar as regras, mas mostrar o funcionamento da língua, através do contexto de uso do falante, entendendo não só as regras e nomenclaturas, mas compreendendo o valor semântico que elas expressam. Logo, é preciso colocar em prática um ensino que gire em torno da análise linguística reflexiva, a qual faz o aluno refletir sobre os termos gramaticais, ao invés de apenas classificar ou identificar sujeitos, predicados, orações coordenadas e subordinadas. Com a análise linguística reflexiva, o aluno irá desenvolver, dentro das habilidades da leitura, escrita e oralidade, um mecanismo mais eficaz para sua formação proficiente de leitor e escritor de diversos gêneros, priorizando, assim, a análise linguística que visa à reflexão, e não apenas apontar classificações e identificações. Essa análise racionalizada levará o aluno a compreender qual a função de determinado texto, quais os leitores a que se destinam, e não apenas fazer menção às regras gramaticais.

Por isso mesmo, uma das propostas dos PCN (1998) é **trabalhar a análise linguística**. Essa prática preconiza o uso e a reflexão da língua(gem). Portanto, análise linguística é a

ferramenta para leitura e produção de textos, para as quais os professores adotam, em sala de aula, uma metodologia reflexiva.

É de suma importância ressaltar que não somos contra o ensino de gramática normativa. O que se está enfatizando é como têm acontecido as aulas de Português, e propor um ensino interacionista, isto é, um ensino que tenha como objetivo quais regras ensinar e com quais perspectivas devem ser ensinadas. Desse modo, o professor deve construir formas para que o aluno venha a desenvolver suas competências linguísticas.

Sendo assim, é preciso uma mudança comportamental na postura dos docentes, coordenadores e gestores, de modo que eles possam aplicar novos métodos sobre o ensino-aprendizagem, e revejam e reflightam sobre a sua didática. Como afirma Neves (2004, p. 18),

Considero como ponto de partida, que a escola é, reconhecidamente, o espaço institucionalmente mantido para a orientação do “bom uso” linguístico, e que, portanto, a ela cabe ativar uma constante reflexão sobre língua materna, contemplando as relações entre uso da linguagem e atividades de análise linguística e de explicação da gramática.

O professor, compreendendo a importância da textualidade para o ensino de língua materna, poderá propor atividades que incluam diversos gêneros, priorizando as produções textuais e a oralidade do aluno. Poderá propor atividades estimulantes e reflexivas, que levantem questionamentos, dúvidas, hipóteses e gerem perguntas, pois, só assim, terá um ensino centrado em uma dimensão discursiva e significativa. Dentre as atividades que os professores poderiam propor em sala de aula, tem o processo de retextualização e de revisão textual, pois a prática da produção de textos, de acordo com os PCN (1998), deve buscar formar escritores competentes e eficientes, capazes de produzir textos bem elaborados. Para isso é necessário que haja discussões e leituras sobre diversos gêneros de textos, a fim de que o aluno possa entender e formular as suas próprias opiniões.

É importante destacar que cabe ao professor auxiliar o aluno no processo de revisão, releitura e refacção do texto, porque a escrita é uma persistência e um trabalho contínuo, e, muitas vezes, a primeira versão do texto sempre pode ser melhorada para que se obtenha mais clareza e precisão nas palavras. Como afirmam os documentos oficiais de educação, “a refacção faz parte do processo de escrita: durante a elaboração de um texto, se releem trechos para prosseguir a redação, se reformulam passagens” (PCN, 1998, p. 77).

Além disso, o professor, trabalhando a escrita, poderá focar, também, os conceitos gramaticais, entretanto não levará apenas em consideração o conceito gramatical em si, mas priorizará o sentido que eles estabelecem e fará menção ao uso. Assim, nas salas de aula, não se deve apenas priorizar o ensino da gramática normativa, mas também levar para o contexto escolar as gramáticas descritivas e internalizadas. Como afirma Posenti (1996, p. 90 -91), “As três podem evidentemente conviver na escola. Em especial,

pode-se ensinar o padrão sem estigmatizar e humilhar o usuário de formas populares como ‘nós vai’.”

São muitos os pontos referentes a conteúdos de gramática e a variantes linguísticas que deveriam ser explorados nas salas de aula; os professores precisam ter em mente o papel da língua para propósitos comunicativos e compreender que estudar gramática é estudar a estrutura da sua língua. Dessa forma, as aulas de Língua Portuguesa não seriam mais subdivididas em aulas de gramática, aulas de redação e aulas de interpretação de textos, pois acreditamos numa abordagem unificada que propicie uma análise linguística.

Por isso, com a perspectiva de um ensino interacionista, serão valorizadas, nas aulas de Português, os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, que conduzirão a uma reflexão sobre o exercício da linguagem.

Considerações finais

Pelo exposto, pode-se compreender que o ensino de língua materna, a partir de uma perspectiva interacionista, dimensiona as capacidades cognitivas e linguísticas dos indivíduos. Através de embasamentos teóricos, observa-se que a gramática e o texto estão completamente atrelados no que se refere ao ensino de língua, porque é a partir deles que os professores terão como explorar novos métodos em um ensino que seja desafiador e instigante.

Por isso, o objetivo das aulas de Português é oferecer aos alunos um estudo de gramática mais relevante, prática e aplicável à compreensão comunicativa dos usuários da língua, assim, abandonarão as velhas práticas de classificar frases soltas, decorar nomenclaturas e conjunções, pois agora iniciarão um modelo de ensino centrado na análise linguística, em que novos métodos de ensino serão explorados, trazendo para o contexto escolar o estudo com textos em diversos gêneros.

Logo, pode-se destacar que o texto será o objeto central dos estudos em que, a partir dele, irá se propor um ensino mais significativo e contribuir para a formação de leitores e escritores de textos eficientes, pois as práticas pedagógicas mecânicas não têm favorecido as competências linguísticas dos discentes. O que se pretende com a visão de um ensino de língua interacionista é que os alunos, nas aulas, saiam da bancada de “espectadores” e sejam coprodutores de conhecimento.

E embora com tantos estudos na área da linguística, tecendo essa mesma perspectiva, segundo a qual texto e gramática devem andar juntos nas aulas de língua materna, mesmo assim, muitos profissionais da área não colocam as ideias em prática e insistem em permanecer com as metodologias antigas. Essa atitude não combina com o papel do professor, porque ele é aquele que sempre analisa, observa, pesquisa, descobre, aprende e reaprende.

É necessário, também, que os professores revejam algumas das suas práticas de ensino. Afirmar isso chega a ser até redundante, pois muitos deles já estão cansados de

ouvir a mesma teoria já tão divulgada, mas que ainda não está em campo completamente, ou se encontra mal aplicada, mal compreendida, e, portanto, ainda não totalmente aceita.

Referências

ANTUNES, Irlandé. **Análises de textos: fundamentos e práticas.** São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho.** São Paulo: Parábola, 2007.

_____. **Lutar com palavras: coesão e coerência.** São Paulo: Parábola, 2005.

_____. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola, 2003.

BENTES, Anna Christina. **Linguística Textual.** In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** 1998.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção de sentidos.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola: norma e uso na língua portuguesa.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

Recebido em: 10/10/2014

Aprovado em: 17/10/2014

Para referenciar este texto:

BARBOSA, Mirella. Texto e gramática: por um ensino interacionista de língua materna, **Lumen**, v. 23, n. 2, p. 59-68, jul./dez. 2014.